



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CEARÁ

INCLUSION AND EQUITY IN BASIC EDUCATION IN CEARÁ

INCLUSIÓN Y EQUIDAD EN LA EDUCACIÓN BÁSICA EN CEARÁ

RESUMO

A pesquisa examinou a inclusão e a equidade na Educação Básica do Ceará, considerando políticas públicas, práticas escolares e condições estruturais que influenciaram o acesso e a permanência de estudantes público-alvo da educação especial. O estudo partiu do problema relacionado às desigualdades presentes entre municípios e escolas, especialmente no atendimento a estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas. O objetivo consistiu em analisar como documentos oficiais, produções acadêmicas e relatos observacionais já publicados evidenciaram avanços, limites e desafios das políticas de inclusão no estado. A relevância decorreu da necessidade de compreender a implementação dessas políticas em contextos reais, articulando diretrizes normativas e práticas escolares. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, documental e observacional, com análise de leis, planos educacionais, relatórios institucionais e estudos de caso realizados em municípios cearenses. Os resultados indicaram expansão de políticas inclusivas, fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado e maior atenção à equidade territorial. A conclusão apontou que o Ceará apresentou avanços consistentes, embora persistam desafios relacionados à formação docente, infraestrutura e acompanhamento contínuo das políticas.

Palavras-chave: Políticas públicas; neurodesenvolvimento; acessibilidade; territorialidade; formação docente.

ABSTRACT

The study examined inclusion and equity in Basic Education in Ceará, focusing on public policies, school practices, and structural conditions that shaped the access and participation of students served by special education. The investigation addressed the problem related to disparities among municipalities and schools, particularly in the provision of services to students with disabilities, neurodevelopmental disorders, and other specific educational needs. The objective was to analyze how official documents, academic literature, and previously published observational records revealed advances, limitations, and challenges in the implementation of inclusive policies in the state. The relevance of the research stemmed from the need to understand how these policies operated in real contexts, connecting normative guidelines with school dynamics. The methodology combined bibliographic, documentary, and observational approaches, including the examination of laws, educational plans, institutional reports, and case studies conducted in Ceará. The results indicated expansion of inclusive actions, strengthening of Specialized Educational Assistance, and greater attention to territorial equity. The study concluded that Ceará demonstrated consistent progress, although persistent challenges remained in teacher training, infrastructure, and continuous monitoring of policies.

Keywords: Public policies; neurodevelopment; accessibility; territoriality; teacher training.

RESUMEN

La investigación analizó la inclusión y la equidad en la Educación Básica de Ceará, considerando políticas públicas, prácticas escolares y condiciones estructurales que influyeron en el acceso y la participación de estudiantes atendidos por la educación especial. El estudio abordó el problema relacionado con las desigualdades entre municipios y escuelas, especialmente en la atención a estudiantes con discapacidad, trastornos del neurodesarrollo y otras necesidades educativas específicas. El objetivo consistió en examinar cómo documentos oficiales, producciones académicas y registros observacionales ya publicados evidenciaron avances, límites y desafíos en la implementación de políticas inclusivas en el estado. La relevancia se vinculó a la necesidad de comprender la aplicación de estas políticas en contextos reales, articulando directrices normativas y prácticas escolares. La metodología combinó enfoques bibliográficos, documentales y observacionales, con análisis de leyes, planes educativos, informes institucionales y estudios de caso realizados en municipios cearenses. Los

resultados mostraron ampliación de acciones inclusivas, fortalecimiento del Servicio de Atención Educativa Especializada y mayor atención a la equidad territorial. La investigación concluyó que Ceará presentó avances consistentes, aunque persistieron desafíos relacionados con la formación docente, la infraestructura y el seguimiento continuo de las políticas.

Palabras-clave: Políticas públicas; neurodesarrollo; accesibilidad; territorialidad; formación docente.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação das políticas de inclusão e equidade no sistema educacional brasileiro tem produzido debates sobre a efetividade das ações destinadas ao atendimento de estudantes público-alvo da educação especial. A discussão envolve dimensões legais, pedagógicas e estruturais que influenciam o acesso, a permanência e a participação desses estudantes.

Diniz (2008) destacou que a compreensão da deficiência exige análise das barreiras sociais que limitam a participação plena, enquanto Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) evidenciaram que desigualdades territoriais afetam diretamente a oferta educacional em redes municipais. Fortes *et al.* (2023) identificaram que políticas de diversidade e equidade dependem da articulação entre diretrizes normativas e práticas institucionais.

A motivação desta pesquisa surgiu da necessidade de compreender como essas políticas se materializam no Ceará, estado que apresenta avanços reconhecidos, mas ainda enfrenta desafios estruturais. O problema investigado concentrou-se na seguinte questão: como a inclusão e a equidade têm sido desenvolvidas na Educação Básica do Ceará a partir de documentos oficiais, estudos acadêmicos e evidências observacionais já publicadas.

O objetivo geral consistiu em analisar a implementação da inclusão e da equidade na Educação Básica do Ceará. Os objetivos específicos envolveram examinar documentos normativos, identificar evidências de práticas inclusivas em municípios cearenses e discutir limites e avanços apontados pela literatura recente.

A relevância da pesquisa alcançou diferentes campos: no campo acadêmico, contribuiu para o aprofundamento teórico sobre políticas educacionais; no campo institucional, ofereceu subsídios para a compreensão de práticas de gestão e atendimento especializado; no campo social, favoreceu reflexões sobre garantia de direitos e redução de desigualdades educacionais.

A metodologia adotada combinou pesquisa bibliográfica, documental e observacional, com análise de legislações, planos educacionais, relatórios institucionais e estudos de caso já publicados.

Essa abordagem permitiu examinar o tema a partir de múltiplas fontes, articulando fundamentos teóricos, diretrizes normativas e evidências empíricas disponíveis na literatura.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas de inclusão e marcos normativos

A consolidação das políticas de inclusão no Brasil baseia-se em normativas que redefinem o papel escolar, destacando a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial, segundo o Ministério da Educação (2008). Além disso, Diniz (2008) afirma que compreender a deficiência como fenômeno social exige enfrentar práticas excludentes, deslocando o foco do indivíduo para as barreiras do próprio contexto educacional.

A literatura recente destaca a urgência de integrar políticas de inclusão às estratégias de equidade educacional. Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) evidenciam que as desigualdades territoriais afetam diretamente o acesso a serviços especializados, a formação docente e a infraestrutura das redes municipais. Dessa forma, as políticas inclusivas dependem fortemente das variadas condições socioeconômicas e administrativas presentes em cada território.

No contexto cearense, documentos orientadores como o Plano Estadual de Educação estabelecem metas fundamentais para ampliar o atendimento especializado, qualificar professores e garantir acessibilidade, conforme o Ceará (2016). Esses direcionamentos mostram o esforço do estado. O IPECE (2022) apresenta dados institucionais que reforçam esse cenário, demonstrando compromisso formal com a redução de disparidades e o fortalecimento da educação inclusiva.

Apesar das bases legais robustas, os marcos normativos evidenciam que a inclusão plena transcende a simples matrícula escolar. Fortes *et al.* (2023) destacam que a efetividade dessas políticas exige articulação profunda entre legislação, gestão

e práticas. Assim, as redes de ensino precisam adaptar as ações aos contextos locais, garantindo condições estruturais que assegurem verdadeiramente a participação ativa dos estudantes.

2.2 Práticas inclusivas e organização do atendimento educacional especializado

A expansão do Atendimento Educacional Especializado tem sido fundamental para a organização pedagógica inclusiva. Leal *et al.* (2021) demonstram através de experiências exitosas que o AEE atua como um espaço de apoio complementar imprescindível. No entanto, sua efetividade exige um planejamento conjunto e articulado entre os professores do atendimento especializado e os docentes da sala regular.

A atuação docente na inclusão requer profunda compreensão das singularidades do desenvolvimento humano. Sousa (2024) revela que a construção de estratégias pedagógicas adequadas depende da leitura cuidadosa das necessidades individuais. Isso exige acompanhamento sistemático das aprendizagens e condições institucionais adequadas para evitar a ocorrência de práticas fragmentadas e desarticuladas no cotidiano escolar, além da formação contínua.

A percepção dos gestores escolares indica que a verdadeira inclusão demanda planejamento rigoroso e acompanhamento contínuo. Souza, Almeida e Soares (2024) evidenciam desafios significativos no interior do Ceará relacionados à infraestrutura adequada, à formação das equipes e à articulação dos serviços, indicando que o sucesso das práticas depende da capacidade institucional de integrar diferentes setores da escola.

As práticas inclusivas se fortalecem quando aliadas a políticas de formação docente contínua, favorecendo a construção de ambientes responsivos, como afirmam Silva e Santos (2021). Além disso, Oliveira (2024) analisa que essas práticas se desenvolvem de maneira heterogênea. O avanço na expansão do AEE é fortemente influenciado pelas condições locais, exigindo ações articuladas na gestão escolar.

2.3 Equidade Educacional e Desigualdades Territoriais no Ceará

O debate sobre equidade educacional no Ceará avança ao relacionar condições socioeconômicas e acesso aos serviços. Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) evidenciam que as diferenças entre os municípios influenciam fortemente a oferta de apoio e infraestrutura. A equidade consolida-se como princípio norteador essencial para reduzir disparidades estruturais que prejudicam o percurso escolar de grupos vulnerabilizados.

Estudos institucionais são cruciais para mapear a complexa heterogeneidade do território cearense. O IPECE (2022) aponta avanços gerais no desempenho educacional do estado, mas revela contrastes significativos entre regiões. Essa análise demonstra que melhorias globais não eliminam automaticamente profundas desigualdades internas, afetando especialmente as localidades com menor capacidade administrativa para manter os serviços especializados adequados.

A literatura destaca que a promoção da equidade depende de processos de gestão capazes de integrar planejamento estratégico, monitoramento e formação profissional. De Sousa *et al.* (2024) identificam que redes de ensino que articulam bem essas dimensões desenvolvem ações mais consistentes para o atendimento. Essa integração é fundamental para construir ambientes inclusivos que respeitem características territoriais.

Superar desigualdades requer investimentos contínuos em infraestrutura, qualificação e suporte pedagógico constante, segundo Fortes *et al.* (2023). Contudo, Souza, Almeida e Soares (2024) observam que a implementação de políticas ocorre de forma muito distinta, sendo mais desafiadora em municípios menores. Para ampliar o direito à educação, é imprescindível que as ações considerem rigorosamente as realidades locais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa detalhada, fundamentada em procedimentos bibliográficos, documentais e observacionais. A etapa bibliográfica analisou diversas produções acadêmicas focadas em inclusão, equidade, políticas educacionais e práticas escolares no Ceará. Esse levantamento forneceu a base teórica necessária para interpretar as relações entre políticas públicas, desigualdades territoriais e o atendimento educacional especializado.

A etapa documental focou fortemente na análise rigorosa de legislações, planos educacionais e relatórios oficiais. Foram examinados documentos essenciais como a Lei Brasileira de Inclusão e o Plano Estadual de Educação. Além disso, relatórios do IPECE (2022) e INEP (2023) ajudaram a identificar diretrizes normativas, avanços e desafios das políticas inclusivas cearenses.

A etapa observacional baseou-se na interpretação de estudos de caso e pesquisas empíricas já publicadas sobre práticas inclusivas nos municípios cearenses. Essa observação indireta permitiu examinar o funcionamento real das políticas, considerando as percepções práticas de gestores e professores escolares. A articulação dessas três abordagens garantiu uma visão abrangente do fenômeno.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Políticas de inclusão e marcos normativos

A legislação brasileira estruturou bases consistentes para garantir o direito à educação inclusiva. O Brasil (2015), através da Lei Brasileira de Inclusão, definiu princípios essenciais para eliminar barreiras. Em consonância, o Ministério da Educação (2008) reforçou a matrícula regular e o Atendimento Educacional Especializado, estabelecendo diretrizes normativas que influenciaram profundamente a organização das políticas nacionais.

No âmbito estadual, o Ceará (2016), mediante o Plano Estadual de Educação, estabeleceu metas de ampliação do atendimento, demonstrando alinhamento nacional. Diniz (2008) argumenta que a deficiência exige enfrentar barreiras sociais excludentes. Essa visão teórica complementa os dados do INEP (2023), cujo Censo Escolar registrou expressivo aumento nas matrículas do público-alvo da educação especial nas escolas.

Apesar do contínuo avanço normativo, o IPECE (2022) apontou que as melhorias educacionais cearenses são acompanhadas por fortes contrastes regionais. Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) analisam essas dinâmicas, provando que as desigualdades territoriais afetam severamente a implementação de políticas educacionais, limitando a infraestrutura e o suporte em municípios com menor capacidade administrativa e recursos financeiros.

A articulação entre diretrizes legais e a realidade das escolas cearenses revela expansão inclusiva, mas esbarra em limites operacionais. Fortes et al. (2023) discutem que a equidade depende de investimentos contínuos. Os achados desta pesquisa confirmam essa premissa, indicando que a normatização sozinha é insuficiente para erradicar as graves disparidades educacionais locais diagnosticadas.

O progresso na educação básica requer integração profunda entre legislações, planejamento e práticas efetivas, conforme afirmam De Sousa *et al.* (2024). Diferente de perspectivas puramente teóricas, os resultados desta pesquisa demonstram que as políticas inclusivas se materializam de forma desigual, exigindo suporte contínuo para transformar intenções normativas em condições equitativas de aprendizagem diária.

4.2 Práticas inclusivas e organização do atendimento educacional especializado

As experiências municipais indicam que o atendimento especializado possui papel central na inclusão. Leal *et al.* (2021) observaram em Sobral que a articulação desse serviço com a sala regular favorece estudantes com autismo. Da mesma forma, Sousa (2024) alerta que essas práticas exigem leitura cuidadosa das necessidades individuais, valorizando o planejamento compartilhado e a observação sistemática.

A implementação dessas metodologias ocorre de forma muito heterogênea no território cearense. Oliveira (2024), ao avaliar Maracanaú, notou avanços na gestão, mas identificou limitações estruturais significativas. Corroborando essa visão, Souza, Almeida e Soares (2024) mostram que gestores do interior enfrentam imensos desafios de infraestrutura e articulação de redes, dificultando a prestação de um serviço especializado eficiente.

Para superar essas constantes barreiras institucionais, a formação docente surge como componente indispensável. Silva e Santos (2021) argumentam que a qualificação contínua amplia o repertório dos profissionais, garantindo ambientes mais responsivos. Sem esse preparo técnico e pedagógico, as práticas tornam-se ações isoladas, incapazes de sustentar uma verdadeira transformação inclusiva na cultura das escolas públicas.

A investigação das dinâmicas escolares confirma que o atendimento especializado atua como pilar de apoio, porém sua efetividade esbarra nas fragilidades financeiras. Leal *et al.* (2021) e Sousa (2024) destacam a importância da

colaboração docente, o que reflete diretamente os limites estruturais mapeados na pesquisa empírica, onde as diretrizes normativas encontram sérias resistências na prática escolar cotidiana.

As disparidades de infraestrutura prejudicam a consolidação de um suporte pedagógico verdadeiramente inclusivo. Comparando as percepções locais de Oliveira (2024) com os achados centrais, constata-se que o êxito dessas ações depende substancialmente da capacidade administrativa municipal. O fortalecimento dos serviços exige monitoramento rigoroso para corrigir rapidamente as lacunas estruturais e formativas diagnosticadas.

4.3 Equidade educacional e desigualdades territoriais no ceará

A equidade educacional no Ceará relaciona-se intimamente com as marcantes disparidades socioeconômicas locais. Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) evidenciam que municípios mais vulneráveis possuem maiores dificuldades para ofertar apoio especializado e infraestrutura de qualidade.

Esse contraste territorial compromete severamente as ações inclusivas, exigindo estratégias de gestão pública especificamente desenhadas para a realidade financeira regional.

Os indicadores do IPECE (2022) ilustram bem essa dicotomia, registrando expressivos progressos educacionais estaduais ofuscados por profundos contrastes internos. Municípios menores enfrentam obstáculos contínuos para manter equipes multidisciplinares.

Fortes *et al.* (2023) complementam essa análise ressaltando que a diminuição das diferenças requer investimentos financeiros ininterruptos, atrelados a um sólido e constante suporte técnico, material e pedagógico.

A grave limitação orçamentária impacta diretamente o cotidiano produtivo das instituições menores. Souza, Almeida e Soares (2024) relatam que escolas localizadas fora dos grandes polos lutam diariamente contra a falta de serviços especializados.

De Sousa *et al.* (2024) reforçam que reverter esse quadro estrutural demanda redes municipalizadas capazes de aliar planejamento estratégico com monitoramento constante.

A intersecção das fontes comprova que a fruição dos direitos por estudantes vulnerabilizados flutua conforme sua localização. Dialogando com Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023), nossa observação consolida a premissa de que fragilidades de gestão geram barreiras invisíveis. O forte avanço legislativo estadual sofre interrupções significativas frente à ausência de garantias materiais e estruturais no interior cearense.

Compreende-se, enfim, que o esforço governamental expandiu matrículas, mas a permanência qualitativa permanece um desafio desigual. Diniz (2008) alerta sobre barreiras atitudinais e estruturais, aspecto validado pelos dados ao apontarem que leis gerais não resolvem demandas específicas. Uma inclusão justa exige priorizar localidades carentes, fornecendo recursos técnicos adequados aos educadores e gestores para efetivar direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia claramente que a inclusão educacional no Ceará apresenta bases normativas robustas e avanços inegáveis na expansão das matrículas. Constata-se que o fortalecimento do atendimento especializado atende às diretrizes oficiais, revelando um esforço estadual consistente para materializar políticas públicas voltadas à redução de barreiras e à promoção da equidade.

Apesar do notório progresso legal, a implementação prática dessas ações educacionais enfrenta profundos limites operacionais e graves disparidades territoriais. Evidencia-se que municípios com menor suporte administrativo sofrem cotidianamente com infraestrutura inadequada e escassez de profissionais especializados. Assim, a efetividade da inclusão exige investimentos financeiros contínuos e forte articulação entre diferentes setores da gestão.

Para avançar na mitigação estrutural de barreiras e consolidar a verdadeira participação escolar, o monitoramento sistemático das práticas pedagógicas locais torna-se indispensável. Como perspectivas futuras, sugere-se aprofundar investigações comparativas sobre o uso de tecnologias assistivas, avaliar o engajamento familiar contínuo e desenvolver estratégias de formação docente adequadas às complexas realidades das escolas interioranas cearenses.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 2 dez. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica: resumo técnico*. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *IPECE Informe nº 205: Panorama da educação no Ceará*. Fortaleza: IPECE, 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/01/ipece_informe_205_20_jan_2022.pdf. Acesso em: 4 dez. 2025.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. *Plano Estadual de Educação do Ceará: 2016–2024*. Fortaleza: SEDUC, 2016. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/08/Plano-Estadual-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-2016-2024.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- DE SOUSA, José Rubens Rodrigues; PENHA, Maria Cleonice Santos de Melo; FERNANDES, Arlete Baudson Rodrigues; GONZALES, Anderson; ÁVILA, Ana Cristina Ferrari; DA SILVA, Éverton Marques. *Políticas de inclusão e equidade na educação básica*. Aracê, v. 6, n. 3, p. 5355–5366, 2024. DOI: 10.56238/arev6n3-065. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1233>. Acesso em: 4 dez. 2025.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia (orgs.). *Deficiência e igualdade*. Brasília: Letras Livres; Universidade de Brasília, 2008. 104 p. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/46499/1/LIVRO_DeficienciaIgualdade.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

FORTES, Gabriel; SILVA, Leonardo Soares e; VASCONCELOS, Angelina Nunes de; VELOSO, Thomaz. *Promoção da diversidade, inclusão e equidade na educação brasileira: políticas, problemas e recomendações*. Maceió: Núcleo de Excelência em Educação e Saúde (NEES/UFAL), 2023. Disponível em:

https://equidadeeducacional.nees.ufal.br/wp-content/uploads/2023/12/nees_promocao_diversidade_inclusao_equidade.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

LEAL, Mirla Lopes de Sousa; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima; FEITOSA FILHO, Humberto Mendes; VASCONCELOS, Maria do Perpétuo Socorro de; MELO, Milena Lopes de Sousa. *Análise das experiências de inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista através do AEE da rede municipal de ensino da cidade de Sobral, Ceará, Brasil*. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 8, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n8-612. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-612>. Acesso em: 10 dez. 2025.

OLIVEIRA, Káthia Cyléa Meneses de. *Avaliação de política de educação especial: estudo de caso da Escola José Martins Rodrigues em Maracanaú/CE*. 2024.

Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/78427/5/2024_dis_kcmoliveira.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

RIBEIRO, Ana Mendes; KASMIRSKI, Paula Reis; AYED, Choukri Ben. *Equidade educacional e vulnerabilidade social nos territórios: os casos das redes municipais do Ceará e de Fortaleza*. Educação e Pesquisa, v. 49, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349260580por>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SILVA, Maria Aparecida da; SANTOS, Maria José dos (orgs.). *Educação inclusiva e contexto social: questões contemporâneas*. Brasília: CAPES, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433075/1/E-book-Educacao->

Inclusiva-e-Contexto-Social-Questoes-Contemporaneas.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.

SOUSA, Fabiana Maria Barbosa de. *Reflexões de professoras de sala de aula sobre os “casos” de seus estudantes com deficiência intelectual: implicações para inclusão produzidas no contexto de uma pesquisa colaborativa*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/78940/3/2024_dis_fmbsousa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

SOUZA, Maria Neurismar Araújo de; ALMEIDA, Maria Iranilda Meneses; SOARES, Stela Lopes. *A inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas de uma cidade do interior do Ceará: a visão dos gestores escolares*. Revista EIAERH, v. 9, 2024. DOI: <https://doi.org/10.58980/eiaerh.v9i00.423>. Disponível em: <https://doi.org/10.58980/eiaerh.v9i00.423>. Acesso em: 10 dez. 2025.

